

Juiz de Fora, 24 de abril de 2018.

**Referência: Impugnação aos termos do edital de Pregão Eletrônico nº 042/2018**

A Pregoeira da Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA responde as impugnações ao edital do Pregão Eletrônico nº. 042/2018, formuladas pela empresa CLARO S.A, CNPJ 40.432.544/0001-47, nos seguintes termos:

**1. DA PRELIMINAR**

**1.1 Da tempestividade**

O item 2.5 do edital prevê:

Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada para o e-mail [licita@cesama.com.br](mailto:licita@cesama.com.br), dirigida ao(a) Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado(a) pelo setor técnico competente, salvo em situações extraordinárias.

Estando o referido pregão eletrônico marcado para o dia 27/04/2018, e tendo sido protocolados o referido pedido de impugnação no dia 19/04/2018, este é, portanto, tempestivo, razão pela qual fica reconhecida a impugnação.

Superada a análise preliminar, passa-se ao exame do mérito da impugnação.

**2. DO MÉRITO**

O edital de Pregão Eletrônico nº. 042/2018 tem por objeto Contratação de empresa para a prestação de serviços de Telefonia Móvel, SMP (Serviço Móvel Pessoal), para uso dos servidores da CESAMA, com o fornecimento de chips novos, de acesso móvel pós-pagos, e de aparelhos pelo período de 12 (doze) meses conforme especificações nos anexos do edital (LOTE 1), e contratação de duas empresas fornecedoras de solução para tráfego de dados M2M especial (Máquina a Máquina), utilizando-se da tecnologias General Packet Radio Service – GPRS, EDGE, 3G, LTE ou superior, sendo alguns com redundância de outra operadora e o fornecimento, de SIM cards associados a plano pós-pagos de serviços, respeitando as determinações da regulamentação do

Serviço Móvel Pessoal (SMP) com fornecimento de APN (Access Point Name) dedicada e privada, a sua conectividade com os sistemas e dados da CESAMA e sistema de gestão da planta de SIM cards ativos (LOTE 2) e (LOTE3).

A empresa CLARO S.A apresentou, em síntese, a impugnação ao edital em questão, em relação aos seguintes pontos: (1) ausência de cotação para o serviço de Caixa Postal; (2) ausência de endereços das localidades de atendimento; (3) ausência de previsão de reembolso para as hipóteses de perda, roubo ou furto dos aparelhos; (4) cobertura da tecnologia GPRS; (5) tecnologia IoT Control; (6) prazo de entrega e ativação; (7) interrupção na prestação de serviços; (8) compartilhamento de franquia; (9) modelos de equipamentos; (10) notas fiscais; (11) forma de pagamento; e (12) envio de documentação fiscal.

A impugnação completa foi publicada no site da CESAMA.

Todas as indagações da impugnante foram analisadas e respondidas pelo Gerente de Automação e Telecomunicações, Sérgio Queiroz de Almeida, subscritor do Termo de Referência:

Passamos à análise dos pontos editalícios impugnados:

### **2.1. Ausência de cotação para o serviço de Caixa Postal**

Em sua peça, a impugnante expõe que a exigência de serviço de Caixa Postal “sem custo, conflita-se, com as disposições do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP), conforme determina a Resolução 477/2007, art. 35, parágrafo 3º, da ANATEL.”

“Art. 35. Os preços dos serviços são livres, devendo ser justos, equânimes e não discriminatórios, podendo variar em função de características técnicas, de custos específicos e de comodidades e facilidades ofertadas aos Usuários, observado o disposto no art. 57 do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações.”

### **ANÁLISE**

*“1) Ausência da cotação para os serviços de caixa postal: a empresa impetrante informa que não existe a possibilidade de “exigência de tal serviço sem custo” (...), conforme determina a resolução 477/2007 art. 35 da Anatel.*

*Resposta: Nesse sentido, a CESAMA se reserva no direito de manter o edital de pregão eletrônico da forma que está, tendo em vista que se trata de discricionariedade da empresa a contratação ou não deste serviço de caixa postal, que, no caso deste certame, não está contemplando tal funcionalidade. Porém, caso a empresa opte por fornecer esse serviço, deverá fazê-lo sem qualquer custo adicional, visto que a planilha de composição de preços não contempla o custo com esse serviço”.*

## **2.2. Ausência de endereços das localidades de atendimento.**

A impugnante afirma que o item “o edital não informa as localidades, cidades e endereços que serão atendidos pelo Serviço Móvel Pessoal – SMP (voz e dados) no Lote 1.”

Solicita esclarecer “quais as cidades e endereços com coordenadas geográficas que vamos precisar prestar os serviços de voz e dados do Lote 1?”

### **ANÁLISE**

*“2) Ausência de endereços das localidades de atendimento: a impugnante questiona a omissão do edital que não contempla as localidades, cidades e endereço atendidos pelo Serviço Móvel Pessoal – SMP (voz e dados) no Lote 01.*

*Resposta: A prestação de serviços objeto da contratação, mais especificamente no Lote 01 do edital, apesar de não estar prevista expressamente a localização dos pontos, a CESAMA entende que deverá a empresa possuir rede de cobertura nacional, de acordo com as normas e regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.*

*A Cidade é Juiz de Fora – MG área de atuação da CESAMA.”*

## **2.3. Ausência de previsão de reembolso para as hipóteses de perda, roubo ou furto dos aparelhos**

A impugnante questiona se “nos casos de roubo ou furto dos aparelhos, a responsabilidade e as custas deverão recair sobre a contratante, devendo ser excluída a

responsabilidade da contratada, haja vista, que se for responsabilidade da contratada, haverá um desequilíbrio econômico financeiro do contrato, o que é vedado por lei.”

## **ANÁLISE**

*“3) Ausência de previsão de reembolso para as hipóteses de perda, roubo ou furto de aparelhos: acertadamente a impugnante verificou que os aparelhos serão cedidos em regime de comodato para CESAMA, e, no caso de perda ou roubo a responsabilidade e as custas deverão recair sobre o contratante, devendo ser excluída a responsabilidade da contratada, haja vista que, se for da responsabilidade da contratada haverá um desequilíbrio econômico financeiro do contrato.*

*Resposta: O edital prevê no seu item 4.8.3 que “os aparelhos deverão ser novos (primeiro acesso) e serem fornecidos sob o regime de comodato sem qualquer custo para a CESAMA.”. Quando citamos o regime de comodato, trazemos para o nosso edital todos os preceitos do instituto previsto no art. 579 e seguintes do Código Civil. Portanto, não carece de alteração do edital para contemplar a hipótese de perda do bem cedido em comodato, pois o ordenamento jurídico já prevê as regras desse instituto. Portanto, caberá a CESAMA restituir o bem emprestado, quando lhe for solicitado, e, nos casos de furto ou roubo a CESAMA analisará as causas do evento e restituirá a contratada de eventual prejuízo, na forma do art. 582 do CC/02.*

*Além disso, consta no Termo de referência:*

*“10.4. Se responsabilizar pela assistência técnica dos aparelhos fornecidos pela contratada, após o período de garantia, assim como também todo ônus em caso de perda, roubo ou furto dos mesmos.”*

## **2.4. Cobertura da tecnologia GPRS.**

A impugnante solicita “que na planilha do Anexo II seja informado o endereço de todas as localidades”, (...) “das coordenadas geográficas de todos esses endereços e também da informação se os 100% (cem por cento) de cobertura serão os pontos internos ou externos onde serão instalados os chips.”

## **ANÁLISE**

*“4) Da Cobertura:*

*Resposta: A Cesama entende que os endereços fornecidos dão condições para elaboração dos orçamentos, entretanto irá complementar com as coordenadas geográficas dos 200 pontos M2M. Faz-se necessário ressaltar que estes endereços são para os lotes 2 e 3. Colocamos em anexo o arquivo contendo a lista dos 200 pontos com as informações relevantes.”*

## **2.5. Tecnologia IoT Control.**

A impugnante solicita a alteração do edital para o produto IoT Control para GPRS e 3G.

### **ANÁLISE**

*“Da tecnologia: a impetrante solicita a alteração do edital para o produto IoT Control para GPRS e 3G, adequando à realidade de mercado de telecomunicações, tornando-o sem lacunas e buscando o alinhamento com as tecnologias vigentes no Mercado de Telecomunicações.*

*Resposta: A Internet das Coisas (do inglês, Internet of Things, IoT) , é uma rede de objetos físicos, veículos, prédios e outros que possuem tecnologia embarcada, sensores e conexão com rede capaz de coletar e transmitir dados. Nosso Termo de referência não faz referência à essa tecnologia, nosso foco é o GPRS, 3G e LTE*

*Além disso, consta no Termo de referência:*

*4.2.2 O serviço deve utilizar os padrões GPRS, 3g, LTE (ou mais recente) em conformidade com as normas do órgão regulador ANATEL, para transmissão de dados de plataformas de coleta de dados instaladas em áreas urbanas e rurais.*

*NÃO UTILIZAMOS TECNOLOGIA IoT.”*

## **2.6. Prazo de entrega e ativação.**

A impugnante alega que “fogem da normalidade e do usual no mercado de telecomunicações, pois o mais comum e razoável é um prazo para ativação e entrega dos SIM cards e Aparelhos de 20 (vinte) dias, e do link de dado de conectividade entre APN de 90 (noventa) dias.” Afirma que “é medida de razoabilidade e legitimidade que se

retifique os presentes itens de forma que atenda aos parâmetros do mercado nacional e o bom senso.”

## **ANÁLISE**

*“6) Prazo de entrega e ativação: Resposta: A CESAMA se reserva no direito de manter a cláusula editalícia da forma como está, considerando que necessitamos da ativação dos serviços objeto da contratação no prazo mínimo, pois o seu descumprimento poderá gerar prejuízos às nossas atividades essenciais. A CESAMA poderá avaliar situações pontuais, devidamente justificadas.”*

### **2.7. Interrupção na prestação de serviços.**

A impugnante questiona “se o ressarcimento será aplicado somente se a interrupção do serviço for total”.

## **ANÁLISE**

*“7) Interrupção na prestação de serviços: no hipótese de interrupções total prevê o edital que as falhas deverão ser corrigidas e o serviço reestabelecido em no máximo 16 (dezesesseis) horas, devendo as horas de indisponibilidade serem descontadas ao final do período de faturamento, pretendendo a impugnante a alteração do edital de forma que o ressarcimento será aplicado somente se a interrupção do serviço for total.*

*Resposta: Tendo em vista que a previsão do item 6.1.2 do termo de referência, que prevê que os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, e, conforme justificativa para a contratação prevista no item 02, trata-se de um serviço estratégico para a CESAMA, cuja interrupção poderá acarretar atraso ou interrupção na distribuição de água, além de prejuízo financeiro. Portanto, aplica-se o disposto no art. 46 da Resolução nº 614/2013 da Anatel:*

*Art. 46. Em caso de interrupção ou degradação da qualidade do serviço, a Prestadora deve descontar da assinatura o valor proporcional ao número de horas ou fração superior a trinta minutos.*

*§ 1º A necessidade de interrupção ou degradação do serviço por motivo de manutenção, ampliação da rede ou similares deve ser amplamente comunicada aos Assinantes que serão afetados, com antecedência mínima de uma semana, devendo ser concedido abatimento na assinatura à razão de um trinta avos por dia ou fração superior a quatro horas.*

*§ 2º O desconto deverá ser efetuado no próximo documento de cobrança em aberto ou outro meio indicado pelo Assinante.*

*§ 3º Qualquer interrupção ou degradação do serviço deve ser comunicada à Anatel, no prazo máximo de vinte e quatro horas, com uma exposição dos motivos que a provocaram e as ações desenvolvidas para a normalização do serviço e para a prevenção de novas interrupções.*

*§ 4º A comunicação prevista no § 3º deve ser reiterada por meio de sistema interativo disponibilizado pela Agência.”*

## **2.8. Compartilhamento de franquia.**

A impugnante garante “que no produto IoT Control a cobrança de excedente é realizada por Megabyte.”

### **ANÁLISE**

*“8) Compartilhamento de franquia: a empresa impugnante esclarece que no produto IoT Control a cobrança de excedente é realizada por Megabyte, na ocasião de consumo pleno do pacote mensal contratado.*

*Resposta: conforme relatado na resposta 5 NÃO UTILIZAMOS TECNOLOGIA IoT.”*

## **2.9. Modelos de equipamentos.**

A impugnante pergunta “se será necessário descrever fabricante, marca e modelo dos simcards para os lotes 02 e 03.”

### **ANÁLISE**

*“9) Modelo de equipamentos: a impugnação da Claro S.A visa esclarecer quanto a necessidade de descrever fabricante, marca e modelo dos simcards para o lote 2 e 3.*



*Resposta: Não será necessário descrever a marca e modelos dos SIM CARDS para os lotes 2 e 3.”*

**2.10. Notas fiscais;**

**2.11. Forma de pagamento;.**

A impugnante afirma que em licitações de serviços de telecomunicações, “dentre os quais os de telefonia celular, possuem regência pela ANATEL, cuja normatização vincula o modo e os critérios da prestação de serviço, estando as operadoras adstritas a tal regramento.” Portanto, “não é possível emitir a nota fiscal/fatura com as condicionantes pretendidos no edital”.

“Quanto a forma de pagamento pelo código de barra das faturas, após acordo firmado entre operadoras e órgãos integrantes SIAF, os pagamentos feitos por tais órgãos serão através de boleto e não depósito em conta corrente.”

**ANÁLISE**

*“Resposta: As indagações da impugnante ante à impossibilidade de se constar o número do contrato e o número da licitação na nota fiscal/fatura, diante da regulamentação da Anatel (Resolução 477/2017), procede a observação, não impedindo que seja emitido documentos ou faturas com código de barras. Porém a Minuta de Contrato e o Termo de Referência já estabeleceram que serão aceitas faturas, portanto, subentende-se, conterá código de barras e dentro dos padrões exigidos pela Agência Reguladora. Portanto, apesar de não estar explícito, os documentos serão aceitos para efeitos de pagamento.*

*Assim sendo, o procedimento de pagamento por intermédio de ordem bancária eletrônica, aplica-se apenas para o caso de nota fiscal. Em se tratando de fatura com código de barras, notadamente nos casos de serviços regulados, serão observadas as instruções legais e constantes do código de barras lançado na fatura, desde que autorizado pela legislação. Posto isso, dispensa qualquer alteração”.*



*Quanto à forma de pagamento, a impugnante esclarece que atualmente as operadoras adotam um sistema de faturamento e cobrança moderno, baseado em código de barras. Nesse sentido, a CLARO S.A solicita que seja estabelecida a possibilidade de realização do pagamento mediante código de barras. De se notar que realmente não existe razão para impedir os pagamentos mediante código de barras. Porém, não há necessidade de alteração visto que o edital permite o pagamento por meio de fatura, conforme se verifica nas cláusulas que compõem o instrumento convocatório.”*

## **2.12. envio de documentação fiscal.**

Quanto às certidões atualizadas anexadas na Nota Fiscal / Fatura de regularidade junto ao INSS, ao FGTS e a Justiça Trabalhista, a impugnante considera “que é medida de razoabilidade que se retifique o presente item de forma que se atenda aos parâmetros do bom senso, com a permissão do envio das faturas sem documentação diversa, que pode ser facilmente retirada pela internet, via SICAF, da mesma forma que feita quando da habilitação do licitante.”

### **ANÁLISE**

*“11) Deverão ser anexadas na Nota Fiscal / Fatura (em duas vias) as certidões atualizadas de regularidade junto ao INSS, ao FGTS e a Justiça do Trabalho:*

*Resposta: diante da impugnação da empresa, que alega que a logística desse processo de envio das certidões junto com as faturas é bastante dispendiosa para as operadoras, e, além disso, a solicitação em questão vai de encontro ao momento atual e as práticas relacionadas a preservação do meio-ambiente, pois exige-se o envio dos documentos impressos, que geram um gasto desnecessário de papel, já que a regularidade que se deseja averiguar através do envio dos documentos solicitados por ser verificada pela internet, através de consulta ao SICAF.*

*Ante este posicionamento depreende-se que está Incorreta a interpretação da impetrante, pois, conforme disposto na carta magna em seu art. 195, § 3º:*

*Art. 195. [...]*

*[...] § 3º — A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.*

*De acordo com a lição de Jessé Torres Pereira Júnior em Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, p. 329,*

*A regularidade fiscal igualmente soa como indispensável à garantia do cumprimento das obrigações porque, dependendo do montante do débito fiscal acaso pendente, e sujeito a cobrança forçada, estará o devedor economicamente comprometido para satisfazer aos encargos do contrato que celebrará, se vencedor na licitação. Ademais, a Constituição Federal, em seu art. 195, § 3º, proíbe a contratação, pelo Poder Público, de empresas em débito com a seguridade social, o que implica vedação indireta a participar de licitação.*

*Observa-se, ainda, que, embora se trate de formalidade prévia, a referida exigência deve ser mantida durante toda a execução do contrato, tratando-se de cláusula essencial, consoante o art. 55, XIII, da Lei n. 8.666/93, in verbis:*

*Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...] XIII — a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.*

*Além disso, em interpretação ao art. 78, I, IX, X e XI, da Lei n. 8.666/93, a seguir transcrito, é possível concluir que o contrato poderá, até mesmo, ser rescindido pela Administração, de acordo com o interesse estatal, se o particular deixar de preencher o requisito da regularidade fiscal no curso da sua execução:*

*Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:*

*I — o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;*

*IX — a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;*

*X — a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;*

*XI — a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;*

*Além disso, o Tribunal de Contas da União – TCU determinou, por meio do Acórdão nº 11936/2016 – 2ª Câmara, que os agentes públicos exijam dos licitantes e, nos casos de contratos de duração continuada, dos contratados, a cada pagamento efetivado, a comprovação da regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas, o*

*Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, seja por intermédio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou por intermédio de consulta aos sites correspondentes a cada tributo e contribuição.*

*Portanto, não procede a solicitação da impugnante, sendo mantida a redação do contrato”.*

### **3. DA CONCLUSÃO**

Com base no parecer do Gerente de Automação e Telecomunicações, Sérgio Queiroz de Almeida: “Dado o exposto, verificamos que não há nada que implique na modificação dos valores orçados devendo manter as condições comerciais/técnicas originais.”

“Em anexo enviamos o arquivo com as coordenadas para os pontos de M2M – Telemetria.”

Em face do exposto, esta Pregoeira decide manter os termos do edital impugnados nos itens 2.1 a 2.12 deste documento, mantendo a data para a abertura das propostas, às 9 horas do dia 27/04/2018.

Renata Neves de Mello  
Pregoeira - CESAMA